



LEI Nº 1.706, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Naviraí para o exercício de 2014, atendendo:

- I – as diretrizes, metas e prioridades para o orçamento do Município;
- II – as diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
- III – as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;
- IV – os princípios e limites constitucionais;
- V – as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
- VI – as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
- VII – a alteração na legislação tributária;
- VIII – as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
- IX – as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
- X – das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho.
- XI – as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;
- XII – as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;
- XIII – as disposições gerais.

§ 1º Fazem parte desta Lei o Anexo I de Diretrizes e Metas para a elaboração do Orçamento de 2014, o Anexo II - Metas Fiscais e o Anexo III - Riscos Fiscais estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

§ 2º O Município observará as determinações relativas a transparências de Gestão Fiscal, estabelecidas no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de



Responsabilidade Fiscal e dos art. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO I
Das Diretrizes Orçamentárias

SEÇÃO I
As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município.

Art. 2º Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as Diretrizes, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2014, são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2014, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

SEÇÃO II
As Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 3º A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de junho de 2013.

Art. 4º Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão a seguinte prioridade na sua alocação, observadas as suas vinculações constitucionais e legais:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – serviço da dívida e precatórios judiciais;
- III – custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;
- IV – investimentos.

Art. 5º Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

II – os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre os novos projetos;

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios, acordos e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

Art. 7º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2014 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 31 de outubro de 2013, juntamente com o Plano Plurianual, conforme estabelece o inciso I e II do § 6º do art. 130 da Lei Orgânica do Município de Naviraí.



SEÇÃO III

As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Diretrizes Gerais de sua Elaboração

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

I – o orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 9º O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e § 4º do art. 212 da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I – das contribuições sociais a que se refere o Parágrafo 1º do Art. 181 da Constituição Estadual;

II – de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

Art. 10. Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, a discriminação e a identificação da despesa, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§ 1º As despesas de cada Unidade Orçamentária serão discriminadas e classificadas por:

I - Grupos de Despesa;

II - Função, Subfunção e Programa;

III - Projeto/Atividade;

IV - Elementos de Despesa.

§ 2º Para o efeito desta Lei, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



III – programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV– projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

V– atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

§ 3º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 4º Cada projeto ou atividade identificará a Função, a Subfunção e o Programa aos quais se vinculam.

§ 5º Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, os orçamentos fiscais e da seguridade social, referentes aos poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta, indireta, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo poder público municipal, discriminando a despesa em nível de categoria econômica, por grupos de despesa, a origem dos recursos, detalhada por categoria de programação, indicando-se para cada um, no seu menor nível, segundo exigências da Lei nº 4.320/64, obedecendo à seguinte discriminação:

I - o orçamento pertencente a cada Órgão e Unidade Orçamentária;

II – as fontes dos recursos Municipais, em conformidade com os conceitos e especificações das Fontes de Receita constantes nas regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, a serem discriminadas por fontes da seguinte forma:

Fonte 00 – Arrecadação e Transferências Ordinárias – Recursos Próprios;

Fonte 01 – Receitas de Impostos e de Transferências – Educação;

Fonte 02 – Receitas de Impostos e de Transferências – Saúde;

Fonte 03 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência RPPS;

Fonte 04 - Contribuição ao Programa Ensino Fundamental;

Fonte 05 – Contribuição de Melhoria;

Fonte 10 – Recursos Diretamente Arrecadados;

Fonte 12 – Serviços de Saúde;

Fonte 14 – Transferências de Recurso Sistema Único de Saúde – SUS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



- Fonte 15** – Transferências de Recursos Fundo Nacional Desenvolvimento Educação – FNDE;
- Fonte 16** – Contribuição de Intervenção Dom. Econômico – CIDE;
- Fonte 17** – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP;
- Fonte 18** – Transferência do FUNDEB – 60%;
- Fonte 19** – Transferência do FUNDEB – 40%;
- Fonte 20** – Transferência de Convênios União/Educação;
- Fonte 21** – Transferências de Convênios União/Saúde;
- Fonte 22** – Transferências de Convênios – União/Assistência;
- Fonte 23** – Transferência de Convênios União/Outros;
- Fonte 24** – Transferência de Convênios – Estado/Educação;
- Fonte 25** – Transferência de Convênios – Estado/Saúde;
- Fonte 26** – Transferência de Convênios Estado/Assistência;
- Fonte 27** – Transferência de Convênios – Estado/Outros;
- Fonte 28** – Transferência de Convênios – Outros;
- Fonte 29** – Transferência de Recursos do Fundo Nacional Assistência Social;
- Fonte 30** – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;
- Fonte 31** - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS/ESTADO - Decreto nº 10.500, 28/09/2001 e Decreto nº 12.950, 31/03/2010);
- Fonte 50** - FMDCA- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fonte 51** - FMMA- Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- Fonte 70** – Compensações Financeiras de Rec. Naturais;
- Fonte 71** – Multas de Trânsito;
- Fonte 80** – Demais Transferências do Estado;
- Fonte 81** - Transferências do Estado –FIS;
- Fonte 82** - Transferências do Estado FEAS- Decreto nº 13.111. 26/01/2011;
- Fonte 88** - Recursos de transferências do Estado não classificáveis nos itens anteriores;
- Fonte 89** - Outras Receitas primárias;
- Fonte 90** – Operações de Créditos Internos;
- Fonte 91** – Operações de Créditos Externas;
- Fonte 92** – Alienações de Bens Móveis;
- Fonte 93** – Alienações de Bens Imóveis;
- Fonte 94** – Outras Receitas não Primárias;



III – as categorias econômicas e grupos de despesas, em conformidade com os conceitos e as especificações constantes na portaria interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES:

- a) **1- Pessoal e Encargos Sociais:** atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família;
- b) **2- Juros e Encargos da Dívida:** cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa;
- c) **3- Outras Despesas Correntes:** atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.

DESPESAS DE CAPITAL:

- a) **4- Investimentos:** recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, diversos investimentos e sentenças judiciais;
- b) **5- Inversões Financeiras:** atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior;
- c) **6- Amortização da Dívida:** amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

§ 6º Se houver alteração nas fontes de recursos ou categorias econômicas ou grupos de despesas pelos órgãos responsáveis pelas finanças públicas fica o poder executivo autorizado a adequá-las.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I – das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II – das despesas conforme estabelece o § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64 e de forma semelhante a prevista no anexo 2 da referida lei, que detalha o orçamento em seu menor nível por elemento de despesa;

III – dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento das determinações constitucionais e da Lei nº 11.494/07;

IV – dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido na Lei Complementar 141/2012;

V – por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



VI – reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. Na elaboração da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000 e como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara Municipal deverá ser realizada audiência pública conforme estabelece os art. 4º e 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001.

Art. 13. Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovados pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, nos termos da Lei. 4.320/64.

Parágrafo único. Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município.

Art. 14. Constará da Lei Orçamentária Anual a autorização para a abertura de créditos orçamentários suplementares e especiais, para a criação de programas, elementos de despesa, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos, da Lei Federal 4.320/64.

§ 1º Para abertura de créditos adicionais, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320/64, a administração municipal poderá remanejar dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receita prevista no art.10 desta lei.

§ 2º Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações para atendimento à ocorrência das seguintes situações:

I – insuficiência de dotação dentro de um mesmo grupo de despesa, e do mesmo grupo de fontes de recursos, em conformidade com os grupos e fontes explicitados no art. 10 desta Lei;

II – insuficiência de dotação no grupo de despesas 1- Pessoal e Encargos Sociais;

III – insuficiência de dotação nos grupos de despesas 2- Juros e Encargos da Dívida e 6- Amortização da Dívida;

IV – suplementações para atender despesas com o pagamento dos Precatórios Judiciais;

V – suplementações que se utilizem dos valores apurados conforme estabelecido nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;



VI – Insuficiência de dotação dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos.

Art. 15. Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101, constará uma reserva de contingência não superior a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos eventuais, fiscais imprevistos.

§ 1º Aplica-se a reserva de contingência o mesmo procedimento e condições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo no que couber;

§ 2º Os recursos da reserva de contingência, previsto no caput deste artigo, poderão, também, serem utilizados para a suplementação de créditos orçamentários que se revelarem insuficientes, no decorrer do exercício, conforme artigo 8º da Portaria interministerial STN-MF/SOF-MP nº 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 16. Fica autorizada a realização de concursos públicos ou contratação de pessoal nos termos do art.37 da Constituição Federal para todos os Poderes, desde que:

I – atendam os dispositivos do artigo 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;

II – sejam para suprir deficiências de mão de obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

Art. 17. No Orçamento para o exercício de 2014 as dotações com pessoal serão incrementadas de acordo com a expectativa de correção monetária para o próximo exercício, para assegurar a reposição e reajuste salarial.

SEÇÃO IV

Os Princípios e Limites Constitucionais

Art. 18. O Orçamento Anual com relação a Educação e Cultura, observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:

I – manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

II – FUNDEB, a receita formada com base em contribuição por aluno e a despesa com aplicação mínima de 60% (sessenta por cento) na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e Infantil público.

Parágrafo único. Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas Gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Art. 19. Às operações de crédito, aplicam-se as normas estabelecidas no Art. 167 da Constituição Federal, e ao que consta na Resolução do Senado Federal de n.º 43, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 20. Às operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas na Resolução do Senado Federal de n.º 43, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 21. É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

Art. 22. A despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% e o do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos artigos 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e no caso de limitação de empenho obedecerá ao disposto no art. 38 desta Lei.

Art. 23. As operacionalizações e demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei Complementar n.º 101 de 04.05.2000.

Art. 24. Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do parágrafo 3º do art. 29 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

Parágrafo único. Equipara-se a Operação de Crédito e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do parágrafo 1º do art. 29 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos artigos 15 e 16 da mesma Lei:

- I – a assunção de dívidas;
- II – o reconhecimento de dívidas;
- III – a confissão de dívidas.

Art. 25. Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º do artigo 30 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

Parágrafo único. A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social, e com o Município, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme estabelece o § 3º do artigo 195, da Constituição Federal.



SEÇÃO V

As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo

Art. 26. Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até sete por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária e conforme Parecer "C" nº 00/0003/2001 do Tribunal de Contas do Estado de MS de 28 de março de 2001, conforme rege o artigo 29 - A da Constituição Federal.

§ 1º Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no "caput" deste artigo.

§ 2º A Câmara Municipal enviará até o dia décimo quinto de cada mês, a demonstração da execução orçamentária do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do município de forma a atender as exigências dos arts. 52, 53 e 54 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

§ 3º O valor do orçamento do Poder Legislativo Municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, observando o que se contém no Parecer "C" nº 00/0024/2002, do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 27. As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea "a" do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000 e aos limites impostos no artigo 29-A da Constituição Federal.

SEÇÃO VI

As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa

Art. 28. Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

- I – dos tributos de sua competência;
- II – de prestação de serviços;
- III – das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme artigo 158 e 159 da Constituição Federal;
- IV – de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;
- V – de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;
- VI – recursos provenientes da Lei Federal nº 11.494/07;
- VII – das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;
- VIII – das transferências destinadas à Saúde e à Assistência Social pelo Estado e pela União;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



IX – das demais transferências voluntárias.

Art. 29. Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do índice inflacionário, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 anos, da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e dos demais poderes, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 30. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no “caput”, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança administrativas, extrajudiciais ou judiciais.

Art. 31. As receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as funções próprias de cada um, os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.

Parágrafo único. As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extraorçamentárias.

SEÇÃO VII
A Alteração na Legislação Tributária

Art. 32. O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I – a revisão da legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II – ao recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III – a reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do ITBI – Imposto de Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV – ao controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no ICMS – imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V – as amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados;

VI – a recuperação dos investimentos, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;

VII – a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;

VIII – a modernização da Administração Pública Municipal, através da capacitação dos recursos humanos, elaboração de programas de modernização e reestruturação administrativa, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

Art. 33. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.



SEÇÃO VIII

As Disposições sobre Despesas com Pessoal e Encargos

Art. 34. Para atendimento das disposições contidas no Art. 169 da Constituição Federal, fica o poder executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar os ajustes necessários, para se adequar a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 35. Para exercício financeiro de 2014, serão consideradas como despesas de pessoal a definição contida no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Se houver necessidade o Poder Executivo encaminhará projeto de lei visando adequação da estrutura administrativa, do quadro de vagas, do plano de cargos e do estatuto dos servidores.

§ 2º Observado os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando a concessão ou redução de vantagens e aumento da remuneração dos servidores, bem como extinção, revisão, adequação ou criação de cargos públicos.

SEÇÃO IX

As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais

Art. 36. Para atendimento ao prescrito no art. 100, da Constituição Federal fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.

Parágrafo único. A relação dos débitos, de que trata o “caput” deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

- I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II – certidão que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;
- III - precatórios apresentados, com características dos itens acima, até a data de 01 de julho de cada ano.



SEÇÃO X

Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho.

Art. 37. A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada no final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal dos poderes executivo e legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

- I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;
- II – criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V – contratação de hora extra.

Art. 38. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do Parágrafo 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções, quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I – receber transferências voluntárias;
- II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 39. Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, utilizando os critérios de



redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios e pessoal e encargos.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas;

§ 2º Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

SEÇÃO XI

As Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos do Orçamento

Art. 40. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, bem como implantará controle de custos visando o equilíbrio financeiro.

Parágrafo único. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a prestação de contas, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando as ações e metas realizadas.

SEÇÃO XII

As Condições Especiais para Transferências de Recursos Públicos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 41. A destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei específica e destinarem-se a atender as diretrizes e metas constantes no art. 2º e no anexo I desta lei.

Art. 42. A Lei Orçamentária Anual, bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta pela Administração Pública Municipal, de projetos e atividades típicas das administrações estadual e federal, ressalvados os concernentes a despesas previstas em convênios e acordos com órgãos e autarquias da Administração Pública de todas as esferas de Governo.

§ 1º A despesa com cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em convênios e acordos far-se-á em programação específica classificada conforme dotação orçamentária.

§ 2º É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado a administração municipal.



Art. 43. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental, esporte amador e incentivos à cultura, turismo ou comunitária;

II- voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 44. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos ou de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I- sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, cultura, saúde, educação ou associações de moradores, e estejam registradas no Órgão Municipal de Assistência Social;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar em funcionamento regular nos últimos dois anos, comprovando a regularidade do mandato de sua diretoria e atas de reunião no período.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

CAPÍTULO II

Das Disposições Gerais

Art. 45. As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 46. Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, poderá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



suplementar até quarenta por cento sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, utilizando os recursos previstos nos incisos I, III e IV do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 47. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2013, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 48. Os anexos constantes da Lei Orçamentária Anual serão publicados juntamente com o Orçamento.

Parágrafo único. Conjuntamente com o Orçamento, o Poder Executivo publicará os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando para cada categoria de programação no seu menor nível, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Naviraí, 17 de abril de 2013.

LEANDRO PERES DE MATOS
-Prefeito-

Ref.: Projeto de Lei nº 22/2013
Autor: Poder Executivo Municipal

Publicado no Diário Oficial
dos Municípios
Edição N. 824 de 24/04/2013



ANEXO I DA LEI N º 1.706 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

DIRETRIZES E METAS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2014

As diretrizes que o município estabelecerá na fixação das despesas na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, atenderão prioritariamente a:

I - Incrementar o desenvolvimento de programas na área da educação para:

- a) apoiar o ensino infantil, buscando a proteção à criança;
- b) intensificar as ações e programas do ensino fundamental no sentido de motivar a frequência escolar, como forma de garantir a erradicação do analfabetismo municipal e reduzir a evasão escolar.

II – oferecer saúde de qualidade, implementando ações e serviços que garantam a atenção integral, equânime e humanizada a população para promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo:

- a) ações de vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) ações de vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- d) educação para a saúde;
- e) saúde do trabalhador;
- f) assistência a saúde em todos os níveis de complexidade: atenção básica, media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, e serviços de urgência e emergência;
- g) assistência farmacêutica;
- h) atenção a saúde dos povos indígenas;
- i) capacitação de recursos humanos.

III - desencadear e apoiar programas e ações de geração de emprego e rendas e de capacitação de mão de obra, através de convênios e parcerias com entidades afins;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



- IV - desenvolver programas voltados à implantação, ampliação e/ou melhoria da infraestrutura urbana e rural, com o desenvolvimento inclusive de programas de revitalização de praças, jardins e áreas de lazer;
- V - fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Município e implantar políticas ambientais compatibilizando-as com uso sustentável dos recursos naturais;
- VI - buscar a redução dos desequilíbrios sociais, promovendo a modernização e a competitividade da economia municipal;
- VII - estimular e desenvolver programas para fortalecimento da agropecuária, especialmente para a agricultura familiar, da agroindústria e ações que visem o incremento de outras atividades econômicas municipais;
- VIII - executar ações de planejamento, fortalecimento, desenvolvimento e divulgação dos aspectos turísticos municipais e outras atividades que visem a diversificação da atividade no Município;
- IX - propiciar oportunidades de lazer, esporte e cultura, buscando a integração e o bem estar social, produção e consumo de bens e serviços culturais, preservação de monumentos históricos e o resgate da memória e identidade cultural e instituir incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e esportivos;
- X - desenvolver programas que estimulem a instalação de novos comércios e indústrias;
- XI - desenvolvimento de programas de apoio à assistência social aos mais necessitados, em especial à população carente, as crianças e adolescentes, os idosos e os excluídos do processo produtivo;
- XII - Investimento em programas sociais voltados para a melhoria de qualidade de vida da população em geral, em especial a mais carente;
- XIII - executar ações de administração e planejamento municipal, buscando o equilíbrio financeiro e melhor alocação dos recursos públicos;
- XIV - reestruturação, modernização e aprimoramento da fiscalização municipal.

As metas a serem instituídas para elaboração do orçamento 2014 atenderão prioritariamente as descrições a seguir, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas:

I - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS;

As metas da administração municipal para as áreas de planejamento, administração e finanças estão voltadas para a melhoria da qualidade do serviço público, para o aumento das receitas próprias municipais e a adoção do planejamento efetivo como instrumento de desenvolvimento, dentro das seguintes prioridades:



1. Desenvolver ações de capacitação e qualificação de recursos humanos do Município, com prioridade para a questão da qualidade e produtividade;
2. Dotar o Município de aparelhos, mobiliários em geral, veículos, maquinários – frota municipal e modernizar a administração pública municipal, mediante alocação de dotações para melhorar o sistema de informatização, organização e controle;
3. Revisão das Leis Municipais;
4. Revitalização, modernização e conservação do arquivo municipal;
5. Promover a progressão funcional e a reposição do poder aquisitivo dos vencimentos, salários e proventos dos cargos e funções, bem como implementar o pagamento de salários e proventos;
6. Amortização de dívidas contratadas;
7. Promover a construção, reforma e manutenção de prédios públicos;
8. Implementar todas as unidades municipais com equipamentos e materiais permanentes com vistas a adequação dos serviços ofertados em todas as secretarias;
9. Dispor de bens públicos através dos meios legais como leilões de equipamentos, maquinários ou veículo que por ventura vier a onerar o poder público, devido seu desgaste natural.

II - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

As metas para as atividades sociais da administração municipal contemplam ações integradas entre os setores públicos, voltados para o atendimento das necessidades imediatas da população, de acordo com as seguintes prioridades:

1. Propiciar instrumentos e condições capazes de efetuar a coordenação, o controle e o acompanhamento das atividades de transporte e alimentação escolar, manutenção e ampliação da rede física;
2. Consolidar instrumentos eficazes de coordenar, instruir, supervisionar e avaliar do ponto de vista técnico – pedagógico e administrativo, os setores operacionais da Educação e Saúde;
3. Construir, ampliar, reformar, adequar e equipar os prédios da educação, da saúde e das creches;
4. Assegurar os mecanismos que permitem a elaboração e o estabelecimento de uma política de investimentos, desenvolvendo sistemas capazes de otimizar custos financeiros de estrutura organizacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino e órgão central; consolidar a municipalização do sistema de saúde em todos os programas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



5. Intensificar a implementação dos sistemas de informatização da rede municipal de ensino, saúde e assistência social;
6. Priorizar o atendimento à saúde mantendo quadro funcional adequado com vistas ao atendimento das necessidades da população;
7. Apoiar os Conselhos Gestores e Associações de Pais e Mestres no âmbito do município;
8. Supervisionar, interferir e instruir as unidades escolares e centros de educação infantil, para que propiciem um ensino que assegure padrões mínimos de qualidade exigidos à formação do cidadão;
9. Priorizar os serviços preventivos de saúde, visando a educação permanente em saúde;
10. Propiciar mecanismos que assegurem um regime de colaboração entre as instituições públicas e privadas, visando a definição de uma política de ensino com qualidade;
11. Abastecer as unidades de saúde municipais com medicamentos e materiais de uso médico e odontológico, bem como equipamentos e material permanente;
12. Realizar investimentos para manutenção dos programas destinados ao atendimento social da população carente, nas áreas de assistência e promoção, geração de emprego e renda, triagem, encaminhamento e ampliação dos programas já existentes;
13. Implementar os projetos de assistência e apoio a idosos de acordo com o estabelecido no Estatuto do Idoso, propiciando sua integração social, fortalecendo os laços familiares, bem como o exercício da cidadania;
14. Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, visando a formação do cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que o mesmo seja capaz de interferir no meio em que vive buscando o bem comum;
15. Atender crianças, adolescentes e jovens, dentro do estabelecido pelo estatuto da criança e adolescentes, inclusive vítimas da violência e prostituição infantil, buscando garantir-lhes seus direitos sociais básicos, priorizando a manutenção saudável dos mesmos na família e comunidade para formação da cidadania;
16. Viabilizar a implementação e a implantação de programas para atender jovens e adolescentes;
17. Otimizar os trabalhos de regularização e urbanização social;
18. Estimular a elaboração e execução dos projetos comunitários de construção de casas populares;
19. Utilizar sistemas cooperativos no atendimento às necessidades da população na área de promoção social;



20. Estimular programas para o estabelecimento de atividades geradoras de emprego e renda para atender a população em geral;
21. Estimular a parceria com a iniciativa privada na execução de programas, projetos e serviços sociais;
22. Desenvolver projetos de apoio, orientações e implementar o atendimento de urgência e emergencial à gestantes de alto risco, carentes e a redução de índices de mortalidade infantil;
23. Desenvolver ações voltadas ao atendimento à família que amenizem a carência alimentar;
24. Incentivar parcerias visando a ampliação da oferta de emprego e renda;
25. Apoiar ações de prevenção, habilitação, reabilitação, integração social das pessoas com deficiência;
26. Apoiar associações comunitárias e entidades visando à implementação da política de assistência social no município, bem como o trabalho em rede de atendimento integrada;
27. Viabilizar ações sociais intersetoriais para ampliação de metas, otimização de recursos e melhoria na qualidade do atendimento;
28. Garantir a distribuição de medicamentos à população carente;
29. Capacitar profissionais por meio de cursos de formação, aperfeiçoamento, para atuação e serviços de saúde ;
30. Manter e implementar os programas de auxílio financeiro e auxílio de materiais e produtos a pessoas carentes;
31. Manutenção e implementação de ações e programas para o controle de doenças transmitidas por vetores.
32. Garantir a formalização de convênios ou contratos com as entidades sem fins lucrativos que buscam amparo às pessoas que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social.

III - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As metas para os projetos de desenvolvimento econômico do Município se voltam para a geração de emprego e renda e ao desenvolvimento de seu potencial, de acordo com as seguintes diretrizes:

1. Estimular a formação de organizações produtivas comunitárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



2. Promover o acesso a informação sobre avanços científicos e tecnológicos de interesse da comunidade, bem como difusão de tecnologias existentes ou alternativas para o incremento das atividades produtivas locais;
3. Estimular a legalização das atividades econômicas do setor informal;
4. Recadastrar as atividades econômicas municipais;
5. Fomentar as atividades de comércio de bairros e criação de condições para a viabilização de formas alternativas de comercialização;
6. Incentivar a implantação de indústrias e agroindústrias;
7. Dar suporte e divulgação ao produto turístico local;
8. Realizar estudos e pesquisas sobre a produção comercial e industrial do Município;
9. Incentivar a implantação de agroindústrias, com utilização de capital privado e público, direcionando os esforços para as atividades agropecuárias;
10. Apoiar as indústrias regionais para agregarem outros produtos da cadeia produtiva incorporando novos sistemas de comercialização;
11. Fomentar a Economia Solidária no município;
12. Apoiar e estimular o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura.

IV - PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

O planejamento urbano municipal, o desenvolvimento da cidade, em conjunto com as questões ambientais e de saneamento deverá priorizar:

1. Elaboração de Diretrizes de Crescimento e Desenvolvimento da Cidade de Naviraí, projetos estratégicos de desenvolvimento; adequada utilização da área urbana e uso do solo e plano de mobilidade urbana, voltados para melhoria da qualidade de vida da população;
2. Programa de paisagismo – manutenção das praças públicas, canteiros e áreas verdes do Município;
3. Implementar Políticas e Parcerias para a elaboração e implementação dos Planos locais como: Agenda 21, gestão dos resíduos sólidos, coleta seletiva de lixo e Educação Ambiental nas escolas, comunidades e empresas;
4. Implantação de sistema de coleta e destinação final de lixo hospitalar;



5. Regulamentação do sistema de monitoramento de vegetação arbórea (corte, poda e manutenção de árvores);
6. Implantação de programa de controle e fiscalização da atividade geradora de poluição sonora e visual;
7. Induzir melhorias no sistema rodoviário, sistema de transporte, meio ambiente, abastecimento de água, tratamento de esgoto, à energia, à implantação industrial, desenvolvimento sustentável;
8. Ofertar equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população;
9. Promover o ordenamento e o controle do solo urbano, visando o cumprimento da função social da propriedade;
10. Preservar, proteger e recuperar o patrimônio natural e construído, cultural, histórico, artísticos, paisagístico e arqueológico;
11. Garantir a formalização de convênios ou contratos com as entidades de defesa do Meio Ambiente.

V - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços de infraestrutura têm como meta preparar a cidade para os patamares de desenvolvimento exigidos pela população das seguintes prioridades:

1. Implantar e dar manutenção urbana, com a adoção de critérios de iluminação pública, estendendo a locais não atendidos pela rede convencional, inclusive rural e sinalização do Município;
2. Executar obras de canalização de córregos de acordo com princípios de racionalidade, qualidade e matas ciliares;
3. Promover a drenagem e o asfaltamento de vias públicas de acordo com as diretrizes dos Planos;
4. Promover ações de integração e participação das comunidades locais na execução de obras e serviços públicos de interesse coletivo;
5. Promover a drenagem, construção de pontes, aterros, encascalhamento e patrolamento das estradas vicinais do Município;
6. Executar a limpeza de terrenos baldios e residências em bairros, para evitar a proliferação de doenças;
7. Manter, revitalizar e ampliar o sistema viário Urbano e Rural do Município.



VI - CULTURA, ESPORTE E LAZER

As atividades culturais, desportivas e de lazer tem como meta o resgate da cultura regional, a aproximação das pessoas e a valorização de espaços públicos, com as seguintes prioridades:

1. Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares, incluindo a construção de espaços apropriados;
2. Manter programas destinados ao lazer da população em geral, incluindo construção de espaço apropriado;
3. Manter os mecanismos de parceria com a iniciativa privada na manutenção e criação de espaços de recreação e lazer;
4. Fomentar as atividades esportivas amadoras em todas as suas modalidades, inclusive com a construção de espaços apropriados;
5. Manter, revitalizar, modernizar, informatizar e ampliar o acervo da Biblioteca Municipal;
6. Coordenar a política cultural voltada a criação artística, na produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população;
7. Manter os programas e projetos voltados para a identificação e o reconhecimento do patrimônio municipal e de espaços públicos existentes, com vistas ao incremento de novas áreas de potencial turístico;
8. Criação de programas de atividade esportivas no sistema educacional;
9. Apoiar as atividades de competição e eventos esportivos no município, realizando convênios e concedendo auxílios a entidades organizadoras para sua realização.

2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

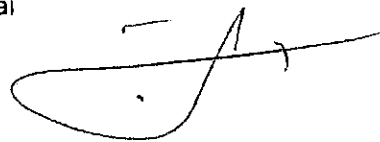
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2014

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
PATRIMONIO/CAPITAL	95.829.248,25	76,01	72.839.383,31	72,69	52.946.136,66	0,00
TOTAL	95.829.248,25	76,01	72.839.383,31	72,69	52.946.136,66	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
PATRIMONIO/CAPITAL	19.178.318,18	0,27	5.189.281,63	1,42	7.363.010,57	0,00
TOTAL	19.178.318,18	0,27	5.189.281,63	1,42	7.363.010,57	0,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Naviraí



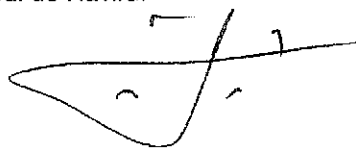
2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2014

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	146.869,60	39.930,00	78.597,66
Alienação de Bens Móveis	146.869,60	39.930,00	78.597,66
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	146.869,60	39.930,00	78.597,66
DESPESAS LIQUIDADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	66.569,29	39.930,00	78.597,66
DESPESAS DE CAPITAL	66.569,29	39.930,00	78.597,66
Investimentos	66.569,29	39.930,00	78.597,66
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social		-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
SALDO FINANCEIRO	2012 (G) = ((Ia - Iid) + IIIh)	2011 (h) = ((Ib - Iie) + IIIi)	2010 (i) = (Ic - Iif)
VALOR III	80.300,31	0,00	0,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Naviraí



2.7 DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2014						
R\$ 1,00						
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
		Tributo/Contribuição	2014	2015		2016
	INDÚSTRIAS, AGRO-INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ISSQN/TAXA/IPTU	300.000,00	335.254,50	373.463,46	Aumento da base contributiva através do recadastramento e atualização do cadastro econômico
	CONTRIBUINTE - PESSOA FÍSICA	IPTU	200.000,00	223.503,00	248.975,64	Alteração na legislação tributária, excluído alguns descontos condicionados e ocasionando o aumento na base de cálculo do IPTU
TOTAL						

FONTE: Prefeitura Municipal de Navirai



2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

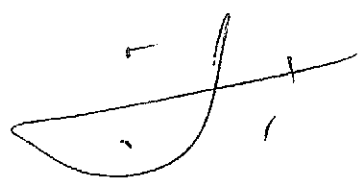
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Naviraí

SEM MOVIMENTO



2.6 DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
 EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2014

LR.F, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2011	2010
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	13.921.055,61	8.619.552,93	7.639.873,75
Pessoal Civil	2.945.156,68	2.706.236,52	2.447.676,78
Pessoal Militar	2.936.003,38	2.704.769,49	2.442.704,79
Outras Contribuições Previdenciárias	9.153,30	1.467,03	4.971,99
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	10.582.400,41	5.874.557,12	5.101.097,69
Outras Receitas Correntes	393.498,52	38.759,29	91.099,28
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	178.400,64
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício	3.175.425,76	2.471.474,84	1.998.254,70
Pessoal Civil	3.175.425,76	2.471.474,84	1.998.254,70
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	(844.558,48)	(1.773.866,45)	(1.217.130,48)
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	16.251.922,89	9.317.161,32	8.599.398,61
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	2.297.978,24	1.684.662,90	1.421.532,45
Despesas de Capital	2.252.315,82	1.681.372,90	1.421.182,45
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
350,00	45.662,42	3.290,00	350,00
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	2.297.978,24	1.684.662,90	1.421.532,45
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	13.953.944,65	7.632.498,42	7.177.866,16
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	70.713.448,15	56.749.853,65	49.117.355,23

FRONTE: Prefeitura Municipal de Navirai

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2014

EXERCÍCIO	R\$ 1,00		
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO © = (A-b)
2013	4.027.609,49	2.337.489,74	1.690.119,75
2014	4.026.676,45	2.470.576,16	3.246.220,04
2015	4.013.826,04	2.678.066,91	4.581.979,17
2016	4.014.922,03	2.833.361,41	5.763.539,79
2017	3.980.373,30	3.155.046,92	6.588.866,17
2018	3.962.602,55	3.384.233,76	7.167.234,96
2019	3.941.117,89	3.545.924,41	7.562.428,44
2020	3.909.754,14	3.777.505,69	7.694.676,89
2021	3.877.409,87	4.136.006,27	7.436.080,49
2022	3.816.238,28	4.500.414,85	6.751.903,92
2023	3.790.974,53	4.706.423,70	5.836.454,75
2024	3.723.857,38	5.105.657,36	4.454.654,77
2025	3.600.898,39	5.990.817,17	2.064.735,99
2026	3.507.326,85	6.524.414,86	-952.352,02
2027	3.401.814,67	7.376.866,52	-4.927.403,87
2028	3.264.339,92	8.104.022,66	-9.767.086,61
2029	3.097.293,79	8.778.484,44	-15.448.277,26
2030	2.933.318,12	9.585.851,55	-22.100.810,69
2031	2.782.703,84	10.378.116,98	-29.696.223,83
2032	2.485.362,19	11.794.872,08	-39.005.733,72
2033	2.333.633,39	12.501.598,14	-49.173.698,47
2034	1.889.454,36	14.553.598,12	-61.837.842,23
2035	1.717.741,47	15.736.298,90	-75.856.399,66
2036	1.489.129,18	16.854.243,03	-91.221.513,51
2037	1.309.663,95	17.716.955,68	-107.628.805,24
2038	1.075.738,55	18.873.855,01	-125.426.921,70
2039	734.503,64	20.466.887,54	-145.159.305,60
2040	530.630,37	21.410.286,50	-166.038.961,73
2041	408.570,09	22.048.762,63	-187.679.154,27
2042	408.570,09	21.973.477,41	-209.244.061,59
2043	408.570,09	21.897.880,29	-230.733.371,79
2044	408.570,09	21.807.417,09	-252.132.218,79
2045	408.570,09	21.732.695,79	-273.456.344,49
2046	408.570,09	21.657.676,54	-294.705.450,94
2047	408.570,09	21.567.594,24	-315.864.475,09
2048	408.570,09	21.477.223,70	-336.933.128,70

FLS. 114

2049	408.570,09	21.386.593,22	-20.978.023,13	-357.911.151,83
2050	408.570,09	21.295.718,27	-20.887.148,18	-378.798.300,01
2051	408.570,09	21.204.625,00	-20.796.054,91	-399.594.354,92
2052	408.570,09	21.098.292,60	-20.689.722,51	-420.284.077,43
2053	408.570,09	20.991.748,35	-20.583.178,26	-440.867.255,69
2054	408.570,09	20.885.014,03	-20.476.443,94	-461.343.699,63
2055	408.570,09	20.762.978,52	-20.354.408,43	-481.698.108,06
2056	408.570,09	20.640.771,14	-20.232.201,05	-501.930.309,11
2057	408.570,09	20.518.389,54	-20.109.819,45	-522.040.128,56
2058	408.570,09	20.380.639,53	-19.972.069,44	-542.012.198,00
2059	408.570,09	20.242.728,61	-19.834.158,52	-561.846.356,52
2060	408.570,09	20.104.672,08	-19.696.101,99	-581.542.458,51
2061	408.570,09	19.966.483,85	-19.557.913,76	-601.100.372,27
2062	408.570,09	19.812.873,45	-19.404.303,36	-620.504.675,63
2063	408.570,09	19.659.118,75	-19.250.548,66	-639.755.224,29
2064	408.570,09	19.505.239,61	-19.096.669,52	-658.851.893,81
2065	408.570,09	19.351.248,09	-18.942.678,00	-677.794.571,81
2066	408.570,09	19.197.155,33	-18.788.585,24	-696.583.157,05
2067	408.570,09	19.027.600,10	-18.619.030,01	-715.202.187,06
2068	408.570,09	18.857.929,01	-18.449.358,92	-733.651.545,98
2069	408.570,09	18.688.162,44	-18.279.592,35	-751.931.138,33
2070	408.570,09	18.518.310,56	-18.109.740,47	-770.040.878,80
2071	408.570,09	18.348.357,15	-17.939.787,06	-787.980.665,86
2072	408.570,09	18.162.914,26	-17.754.344,17	-805.735.010,03
2073	408.570,09	17.977.371,48	-17.568.801,39	-823.303.811,42
2074	408.570,09	17.791.758,93	-17.383.188,84	-840.687.000,26
2075	408.570,09	17.606.085,80	-17.197.515,71	-857.884.515,97
2076	408.570,09	17.420.360,95	-17.011.790,86	-874.896.306,83
2077	408.570,09	17.235.198,33	-16.826.628,24	-891.722.935,07
2078	408.570,09	17.049.949,33	-16.641.379,24	-908.364.314,31
2079	408.570,09	16.864.646,48	-16.456.076,39	-924.820.390,70
2080	408.570,09	16.679.290,40	-16.270.720,31	-941.091.111,01
2081	408.570,09	16.496.858,10	-16.088.288,01	-957.179.399,02
2082	408.570,09	16.308.358,43	-15.899.788,34	-973.079.187,36
2083	0,00	0,00	0,00	-973.079.187,36
2084	0,00	0,00	0,00	-973.079.187,36
2085	0,00	0,00	0,00	-973.079.187,36
2086	0,00	0,00	0,00	-973.079.187,36
2087	0,00	0,00	0,00	-973.079.187,36

FONTE: Prefeitura Municipal de Naviraí

FLS. 116/04

MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

IPCA + PIB ESTADUAL	2013	2014	2015	2016
PIB ESTADUAL EM VALOR	1,055 X 1,0758	1,050 X 1,0643	1,045 X 1,0687	1,050 X 1,0687
INCREMENTO DE RECEITA	62.184.300,00	69.491.890,00	77.411.880,00	86.452.930,00
	1,135	1,118	1,114	1,122

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA - 2014

NATUREZA DA RECEITA	2013 PREVISÃO	2014	2014 PROPOSTA	2015	2015 PREVISÃO	2016	2016 PREVISÃO
ENTIDADE: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL							
1112.02.00 - Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	5.250.000,00	1,118	5.866.953,75	1,114	6.535.610,47	1,122	7.333.837,25
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	2.900.000,00	1,118	3.240.793,50	1,114	3.610.146,74	1,122	4.051.072,01
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI	1.500.000,00	1,118	1.676.272,50	1,114	1.867.317,28	1,122	2.095.382,07
1113.05.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5.400.000,00	1,118	6.034.581,00	1,114	6.722.342,20	1,122	7.543.375,46
1121.17.00 - Taxa de Fiscalização Vig. Sanitária	45.000,00	1,118	50.288,18	1,114	56.019,52	1,122	62.861,46
1121.21.00 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	60.000,00	1,118	67.050,90	1,114	74.692,69	1,122	83.815,28
1121.25.00 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadora de Serviços	250.000,00	1,118	279.378,75	1,114	311.219,55	1,122	349.230,35
1121.26.00 - Taxa de Publicidade Comercial	70.000,00	1,118	78.226,05	1,114	87.141,47	1,122	97.784,50
1121.28.00 - Taxa de Estab. em Horário Especial	8.000,00	1,118	8.940,12	1,114	9.959,03	1,122	11.175,37
1121.29.00 - Taxa de Licença para Execução de Obras	110.000,00	1,118	122.926,65	1,114	136.938,80	1,122	153.661,35
1121.31.00 - Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	10.000,00	1,118	11.175,15	1,114	12.448,78	1,122	13.969,21
1121.36.00 - Taxa de Apreensão, Depósito ou Liberação de Animais	2.000,00	1,118	2.235,03	1,114	2.489,76	1,122	2.793,84
1121.99.00 - Outras Tx Pelo Poder de Polícia	1.000,00	1,118	1.117,52	1,114	1.244,88	1,122	1.396,92
1122.21.00 - Taxas de Serviços Cadastrais	1.000,00	1,118	1.117,52	1,114	1.244,88	1,122	1.396,92
1122.28.00 - Taxa de Cemitérios	1.000,00						
1122.99.00 - Diversas Taxas de Prestação de Serviços	150.000,00	1,118	167.627,25	1,114	186.731,73	1,122	209.538,21
1130.04.00 - Contribuição de Melhoria p/ Pavimentação e Obras Complementares	70.000,00	1,118	78.226,05	1,114	87.141,47	1,122	97.784,50
1130.99.00 - Outras Contribuição de Melhoria	10.000,00	1,118	11.175,15	1,114	12.448,78	1,122	13.969,21
1210.29.00 - Contribuições Previdenciárias ao Regime Próprio	2.416.000,00	1,118	2.699.916,24	1,114	3.007.625,69	1,122	3.374.962,06
1210.99.00 - Outras Contribuições Sociais	450.000,00	1,118	502.881,75	1,114	560.195,18	1,122	628.614,62
1220.29.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.600.000,00	1,118	2.905.539,00	1,114	3.236.683,28	1,122	3.631.995,59
1319.00.00 - Outras Receitas Imobiliárias	120.000,00	1,118	134.101,80	1,114	149.385,38	1,122	167.630,57
1325.01.02 - Rec de Remun. De Dep. Banc de Rec. Vinc. - FUNDEB	100.000,00	1,118	111.751,50	1,114	124.487,82	1,122	139.692,14
1325.01.03 - Rec de Remun. De Dep. Banc de Rec. Vinc. Fundo Saúde	330.000,00	1,118	368.779,95	1,114	410.809,80	1,122	460.984,06
1325.01.10 - Rec de Remun. De Dep. Banc de Rec. Vinc. FMAS	25.000,00	1,118	27.937,88	1,114	31.121,95	1,122	34.923,03
1325.01.99 - Rec de Remun. De Dep. Banc de Rec. Vinc. FMIS	40.000,00	1,118	44.700,60	1,114	49.795,13	1,122	55.876,86
1325.02.99 - Rec de Remun. De Dep. Banc não Vinculados	655.005,00	1,118	731.977,91	1,114	815.401,44	1,122	914.990,49
1328.00.00 - Fundos de Investimentos	7.800.000,00	1,118	8.716.617,00	1,114	9.710.049,84	1,122	10.895.986,78
1331.00.00 - Receita de Outorgas dos Serviços de Telecomunicações	15.000,00	1,118	16.762,73	1,114	18.673,17	1,122	20.953,82
1331.00.00 - Receita Industrial Extrativa Mineral	90.000,00	1,118	100.576,35	1,114	112.039,04	1,122	125.722,92
1600.13.00 - Serviços Administrativos	25.000,00	1,118	27.937,88	1,114	31.121,95	1,122	34.923,03
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	21.000.000,00	1,118	23.467.815,00	1,114	26.142.441,88	1,122	29.335.349,01
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.000.000,00	1,118	1.117.515,00	1,114	1.244.878,18	1,122	1.396.921,38
1721.22.70 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo -FEP	330.000,00	1,118	368.779,95	1,114	410.809,80	1,122	460.984,06
1721.33.00 - Transf. de Rec. do SUS	7.631.000,00	1,118	8.527.756,97	1,114	9.499.665,43	1,122	10.659.907,06
1721.34.00 - Transf. de Rec do FNAS	1.096.000,00	1,118	1.224.796,44	1,114	1.364.386,49	1,122	1.531.025,83
1721.35.00 - Transf. de Rec do FNDE	1.360.000,00	1,118	1.519.820,40	1,114	1.693.034,33	1,122	1.899.813,08
1721.36.00 - Transf. Financ ICMS Deson - LC 87/96	150.000,00	1,118	167.627,25	1,114	186.731,73	1,122	209.538,21
1722.01.01 - Cota Parte do IPVA	25.000.000,00	1,118	27.937.875,00	1,114	31.121.954,61	1,122	34.923.034,54
1722.01.02 - Cota Parte do IPVA	2.800.000,00	1,118	3.129.042,00	1,114	3.485.658,92	1,122	3.911.379,87
1722.01.04 - Cota Parte do IPI sobre Exportação	220.000,00	1,118	245.853,30	1,114	273.873,20	1,122	307.322,70
1722.01.13 - Cota Parte do CIDE	370.000,00	1,118	413.480,55	1,114	460.604,93	1,122	516.860,91
1722.01.99 - Transf de Rec Fundersul	800.000,00	1,118	894.012,00	1,114	995.902,55	1,122	1.117.537,11
1722.33.00 - Transf de Rec do Est para o SUS	3.004.000,00	1,118	3.357.015,06	1,114	3.739.614,07	1,122	4.196.351,83
1722.99.02 - Outras Transferências do Estados - FMIS	850.000,00	1,118	949.887,75	1,114	1.058.146,46	1,122	1.187.383,17
1722.99.03 - Receita SAC/FEEAS	160.000,00	1,118	178.802,40	1,114	199.180,51	1,122	223.507,42
1724.01.00 - Transf de Rec do FUNDEB	18.000.000,00	1,118	20.115.270,00	1,114	22.407.807,32	1,122	25.144.584,87
1730.00.00 - Transf. de Instituições Privadas	430.001,00	1,118	480.532,57	1,114	535.298,86	1,122	600.677,59
1750.00.00 - Transf. de Pessoas Físicas	2,00	1,118	2,24	1,114	2,49	1,122	2,79
1762.00.00 - Transf de Conv Estados Distr Federal e Suas Entidades	400.000,00	1,118	447.006,00	1,114	497.951,27	1,122	558.768,55
1911.35.00 - Multas e Juros de taxa Vig. Sanitária	500,00	1,118	558,76	1,114	622,44	1,122	698,46
1911.38.00 - Multas juros de mora IPTU	15.000,00	1,118	16.762,73	1,114	18.673,17	1,122	20.953,82

NATUREZA DE DESPESA							
DESPESAS CORRENTES (I)	101.257.707,00		113.157.006,44		126.053.510,46		141.449.055,96
Pessoal e Encargos Sociais	61.220.005,00	1,118	68.414.273,89	1,114	76.211.448,68	1,122	85.519.533,97
Juros e Encargos da Dívida	200.000,00	1,118	223.503,00	1,114	248.975,64	1,122	279.384,28
Outras Despesas Correntes	39.837.702,00	1,118	44.519.229,55	1,114	49.593.086,14	1,122	55.650.137,72
Despesas Intra-Orçamentárias	2.563.000,00	1,118	2.864.190,95	1,114	3.190.622,79	1,122	3.580.309,50
DESPESAS DE CAPITAL (II)	17.064.501,00	1,118	19.069.835,84	1,114	21.243.225,03	1,122	23.837.766,31
Investimentos	15.364.501,00	1,118	17.170.060,34	1,114	19.126.932,11	1,122	21.462.999,98
Amortização da Dívida	1.700.000,00	1,118	1.899.775,50	1,114	2.116.292,91	1,122	2.374.766,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	290.800,00	1,118	324.973,36	1,114	362.010,58	1,122	406.224,74
TOTAL	121.176.008,00		135.416.006,58		150.849.368,85		169.273.356,51

OBS.: PIB do Estado, para projetar a receita, será adicionado o IPCA projetado em 5,50% para 2013, 5,00% para 2014, 4,50% para 2015 e 5,00% para 2016.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS			
	2013	2014	2015	2016
IPCA	5,50%	5,00%	4,50%	5,00%
PIB/MS	62.184.300,00	69.491.890,00	77.411.880,00	86.452.930,00
Taxa de crescimento	7,58%	6,43%	6,60%	6,87%